



**Técnico em  
Administração**



# **Direito Tributário e Previdenciário**

**PROFESSOR: EDER FABENI**

**CONTEÚDO: MATERIAL  
COMPLEMENTAR – DEFINIÇÕES E  
ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS**

**DATA: 01.10.2018**

# CORREÇÃO - ATIVIDADE

- 1) QUAIS AS ESPÉCIES DE TRIBUTO?
- 2) O QUE É EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO?
- 3) QUAIS AS SITUAÇÕES EXTRATORDIÁRIAS QUE CARACTERIZAM O EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO?
- 4) O QUE SÃO CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS?
- 5) QUAL A DIFERENÇA ENTRE IMPOSTO E TAXA?

(...)

§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do *caput*, serão não-cumulativas.

(...)

§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.

- **As contribuições sociais servem para financiar a seguridade social, ao lado dos recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 145, CF). A seguridade social engloba a (i) previdência social, a (ii) assistência social (programas de inclusão social, renda mínima etc.) e a saúde (hospitais, postos de saúde, vacinação etc.)**

- **As contribuições sociais são devidas pelos empregadores, pelos trabalhadores e demais segurados da previdência social. Incidem também sobre as loterias (concursos de prognósticos) e, atualmente, sobre as importações de bens ou serviços.**

- **As contribuições sociais devidas pelos empregadores, pela empresa e entidade a ela equiparada incidem: i) sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatícios; ii) sobre a receita ou faturamento; e iii) sobre o lucro. Como exemplos, no primeiro caso temos a chamada contribuição patronal ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS; no segundo, temos a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS; e no terceiro, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.**

- Além dessas contribuições previstas pelo art. 195 da CF, a União poderá instituir outras, por meio de lei complementar, desde que observada a não cumulatividade e que não se utilize base de cálculo ou fato gerador de imposto já previsto pela CF (art. 195, § 4º).



- Importante fixar: as contribuições sociais previstas nos incisos I a IV do art. 195 da CF podem ser criadas, modificadas ou extintas por meio de lei ordinária federal. Caso a União resolva criar outras contribuições sociais (além das previstas nos incisos) deverá atender aos requisitos do § 4º desse mesmo artigo (lei complementar, não cumulativa, base de cálculo e fato gerador diverso daqueles já fixados para os impostos previstos na Constituição).

- Não se aplica às contribuições sociais o princípio da anterioridade anual, previsto pelo art. 150, III, b, da CF, apenas a noventena (= anterioridade nonagesimal) do art. 195, § 6º. Assim, as contribuições sociais podem ser exigidas somente após noventa dias da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, mas não é necessário aguardar o início do exercício seguinte.

- Apesar de o § 7º do art. 195 da CF falar de “isenção”, trata-se de imunidade, ou seja, a Constituição exclui da União a possibilidade (competência) de exigir contribuição social das entidades beneficentes de assistência social, desde que elas atendam às exigências da lei.
- O art. 149, § 2º, da CF prevê também imunidade para receitas decorrentes da exportação, embora admita a cobrança sobre a importação de bens e serviços estrangeiros.

### **3.2.5.2. Contribuições de intervenção no domínio econômico - CIDE**

- A contribuição de intervenção no domínio econômico – CIDE serve à atuação do governo federal no mercado, influenciando na oferta de bens e serviços, conforme o interesse público.
- A lei instituidora da CIDE pode prever a incidência sobre a importação de bens ou serviços (art. 149, §2º, da CF). Por outro lado, há imunidade, afastando-se a possibilidade de tributação, com relação às receitas decorrentes à exportação.

- **Uma importante contribuição de intervenção no domínio econômico é a chamada CIDE sobre os combustíveis, instituída pela Lei 10.336/2001, nos termos do art. 177, §4º, da CF. Suas alíquotas podem ser reduzidas e restabelecidas por ato do Executivo, não se lhe aplicando o princípio da anterioridade e mitigando-se o da legalidade. A Constituição Federal não faz referência a exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal (CF, art. 150, III, c).**

- **Tal contribuição é destinada: i) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; ii) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; e iii) ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.**
- **Registramos a existência de CIDE sobre remessas ao exterior, instituída pela Lei nº 10.168/2000.**

O A B

### 3.2.5.3. Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

CRM

- As contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas, também de competência exclusiva da União, prestam-se ao financiamento de entidades que regulam, fiscalizam e representam determinados setores da economia.

CREA

- Normalmente essas contribuições são exigidas, na forma da lei federal, por entidades de natureza autárquica federal, como é o caso dos conselhos de medicina (CRM), de contadores (CRC), de engenheiros e arquitetos (CREA) etc.
- A contribuição sindical, prevista pelo art. 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, é considerada por autores como contribuição de interesse de categoria profissional ou econômica.